Por Alexandre Sammogini



A programação do 15º Seminário de Investimentos nas EFPC contou com painel sobre gestão de riscos, com foco em indicadores, ferramentas e casos reais em entidades. A moderação foi conduzida por Cleber Nicolav, Diretor Executivo do ICSS e membro da Comissão Técnica Sudoeste de Investimentos da Abrapp. Para ele, o tema é extremamente relevante quando se trata da gestão dos recursos garantidores das entidades. “Sempre se fala muito de rentabilidade, enquanto os riscos acabam ficando em segundo plano e não deveria ser assim, até porque lidamos com recursos de longo prazo”, destacou.

O dirigente ressaltou a importância de monitorar continuamente o nível de risco assumido, avaliando se está alinhado aos objetivos de retorno. Além disso, chamou atenção para os riscos implícitos, como os presentes em fundos de crédito, que envolvem a possibilidade de inadimplência, abrangendo tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Ele destacou a eficácia do modelo de supervisão baseada em risco adotada pela Previc. “A supervisão baseada em risco funciona de fato. Prova disso, é que não tivemos nenhuma exposição em ativos do Banco Master.

Experiência da Funcef – Rogério Antonio Gomes, Diretor de Administração e Controladoria da Funcef, explicou que definições sobre gestão de riscos podem ser encontradas no Guia de Melhores Práticas e na Resolução CGPC nº 13. No entanto, segundo ele, não há uma padronização quanto às ferramentas a serem utilizadas. Dessa forma, cabe a cada entidade identificar, com base em seu porte e características, os instrumentos mais adequados.

“Na Funcef, criamos uma política de gestão de riscos que funciona como um normativo interno e orienta a adoção de ferramentas e indicadores. Partimos de modelos já existentes no mercado, mas adaptamos às nossas especificidades, o que nos permitiu estruturar uma matriz de riscos voltada à prevenção de riscos financeiros e atuariais”, afirmou.

O Diretor da Funcef destacou que o modelo de governança da entidade favorece uma gestão integrada de riscos. Nesse contexto, a Diretoria Executiva exerce papel central, sendo responsável pela aprovação, revisão e definição das estratégias de gerenciamento de riscos. Já o Conselho Deliberativo define os níveis aceitáveis de risco e a política de apetite a risco. O Conselho Fiscal, por sua vez, avalia o ambiente de controle, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria. Além dessas instâncias, há ainda o Comitê de Riscos, que atua como órgão de assessoramento.

“Nossas ferramentas são baseadas em uma matriz de riscos, que avalia tanto os ativos quanto os passivos. Do lado dos ativos, analisamos os riscos de crédito, liquidez, mercado e concentração setorial. Já no passivo, consideramos riscos de longevidade, invalidez, taxas de juros, frustração de expectativas e, principalmente, o contencioso previdenciário”, comentou Gomes.

Case de Autorregulação – Lucas Nóbrega, Diretor-Presidente da Energisaprev, apresentou o case da entidade em sua jornada para a obtenção do Selo de Autorregulação de Governança de Investimentos. Ele explica que a obtenção do Selo tem o objetivo de evidenciar para os participantes que a entidade tem uma governança robusta em processo contínuo de aperfeiçoamento. “Não basta ser honesto. Precisamos mostrar que somos honestos”, comentou. Ele destacou o caso do Banco Master e a atuação da Previc na supervisão do sistema, que colaborou para que as entidades não tivessem nenhuma exposição aos ativos da instituição.

A Energisaprev aderiu ao Código de Autorregulação e agora está em processo de preparação para submeter a documentação para a obtenção do Selo até o final deste ano. Para isso, partiu do diagnóstico da situação atual da governança da entidade, com a identificação da necessidade de melhoria dos normativos e políticas. Os relatórios de risco via consultoria estão adequados, assim como o sistema interno de controle de risco. A avaliação do diagnóstico apontou para uma nota 7. “Suficiente para passar de ano, mas não com louvor”.

A partir do diagnóstico já foram realizadas diversas ações, como por exemplo, a separação entre o ARGR e AETQ, a revisão dos normativos internos, o mapeamento de atividades-chave e a busca de redução de custo e melhoria do ambiente de governança e controles internos. O comitê de investimentos passou a elaborar e divulgar atas mais detalhadas com um olhar para a governança mais rigoroso.

Foi contratada uma consultoria em controle e riscos e ocorreu a implantação da solução OCIO. O novo executivo assumiu em março com a estruturação baseada em múltiplas linhas de defesa. Com as mudanças implementadas, a nota atual já está girando em torno de 8,5, mas a meta até o final do ano é avançar ainda mais. “Até o final de 2026 queremos atingir uma nota 9 ou 9,5”, prevê Lucas.

O 15º Seminário de Investimentos nas EFPC é uma realização da Abrapp com o apoio institucional da UniAbrapp, Sindapp, ICSS e Conecta. Patrocínio Black: Alaska Asset Management, XP Investimentos. Patrocínio Ouro: ASA, BNP Paribas Asset Management, Bradesco Asset Management, BTG Pactual Asset Management, Fram Capital, Galapagos Capital, Investira, Itajubá Investimentos, Itaú Asset, JGP, Santander Asset Management, Sparta, Spectra Investments, SulAmérica Investimentos, Tarpon, Vinci Compass. Patrocínio Prata: 4UM Investimentos, BB Asset Management, Porto Asset, Teva Índices. Patrocínio Bronze: Aditus, ARX Investimentos, AZ Quest, Consepro, Constância Investimentos, Banco Daycoval, Xtrackers by DWS, Franklin Templeton, Icatu Vanguarda, Investo, MarketAxess, Multifonds, Opportunity, Polo Capital, Principal Asset Management, Quantum Finance, Safra, Tivio Capital, V8 Capital. Apoio: IAP, MAG Investimentos, Navi, Pátria, RJI Investimentos, Turim.

Fonte: Abrapp em Foco, em 06.05.2026